4

Winnicott: a psicanálise sem culpa

“Sou entre mim e mim o intervalo
Eu, o que uso esta forma definida
De onde para outra ulterior resvalo,
Em outro mundo”
(Fernando Pessoa)

Apesar de não se poder negar que o pensamento winnicottiano descenda intimamente daquele proposto a princípio por Freud, é também nítida a diferente abordagem sobre a concepção da subjetividade que o pensador inglês pretendeu apontar. A transição de uma perspectiva praticamente hegemônica na modernidade, que pensava o sujeito como pré-existente à sociedade, para aquela descrita por Winnicott, que concebe a constituição subjetiva a partir da intersubjetividade, e do grande valor dado ao ambiente, traz conseqüências das quais ressaltaremos algumas de maior interesse para o desenvolvimento de nosso trabalho: a questão dos limites sob a luz da perspectiva winnicottiana, e suas conseqüências sobre o mal-estar da cultura e o sentimento de culpa.

4.1

Para além do dualismo: o espaço potencial

Como vimos em Freud, o instinto agressivo consistia no maior empecilho da vida em sociedade. É curioso notar que, em Winnicott, é apenas através da agressividade que se *constitui* a realidade externa, a possibilidade de reconhecimento do outro e do convívio social. Para ele, esta agressividade estaria mais próxima de uma “motilidade”, uma experiência sadia que permite o contato com o ambiente, e que em última instância visa à integração do ego. Apesar de encontrarmos também em Freud o aspecto de *atividade* na pulsão agressiva, quando fusionada com Eros, em Winnicott a agressividade é considerada em sua totalidade representante de ação no mundo. Não se pode falar em ódio nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional. Nesse momento de não-

integração, a agressividade é indissociável da motilidade, sendo quase sinônimo de atividade.

A já conhecida importância dada ao ambiente por Winnicott implica na existência, então, de um ambiente favorável ou não para a integração deste indivíduo. Um ambiente suficientemente bom seria capaz de acolher a agressividade, sustentar uma ilusão de onipotência, favorecer a espontaneidade do indivíduo e permitir a progressiva instauração do ego, a partir da fusão da motilidade e do erotismo. Nos casos de um ambiente não favorável esta fusão não ocorrerá, e a motilidade se tornará agressão ou auto-agressão. Neste sentido, agressividade se diferencia de agressão, sendo esta última o resultado de um ambiente pouco favorável à fusão da agressividade com o erotismo.

Em seu artigo “Raízes da Agressão” (1964), Winnicott sugere que a agressão pode surgir como uma reação direta ou indireta à frustração, mas também deve ser compreendida como uma das muitas fontes de energia do sujeito, e com a qual lidamos de diversas maneiras.

“...me parece relativamente simples chegarmos à destrutividade que está em nós mesmos, quando ela está ligada à raiva resultante de uma frustração ou ao ódio de alguma coisa que reprovamos, ou quando é uma reação ao medo. O difícil para cada indivíduo é assumir plena responsabilidade pela destrutividade que é pessoal e que pertence à relação com um objeto sentido como bom; em outras palavras, relacionado com o amor” (Winnicott, 1960, p. 154).

Logo, para o pensamento winnicottiano, uma agressividade “original”, “primitiva”, encontrada nos primeiros momentos de vida do bebê, pode ser mais claramente compreendida a partir da palavra *voracidade*. Uma voracidade que funde o amor e a agressão, num momento em que é impossível para o bebê diferenciá-los, e, por mais perigosos ou cruéis que seus atos possam ser, seu objetivo é apenas sua satisfação. Dessa forma, como que num apetite destituído de qualquer consideração (ou mesmo percepção) em relação ao outro, a agressividade é passível de ser expressa sem restrições, sem ponderações, sem culpa. O termo utilizado por Winnicott, *ruthlessness*, deve ser compreendido aqui a partir de seu aspecto de implacabilidade, ausência de compaixão, cuja faceta mais importante, para o nosso propósito, é a rejeição ao que vem de fora, ao “não-eu”.

Este primeiro momento, livre de qualquer sentimento de culpa, pois não há reconhecimento das conseqüências da agressão sobre o outro, é fundamental na estruturação do *self*. Em seu desenvolvimento, a criança se utilizará dessa fonte de energia agressiva como uma tendência para movimentar-se, para conhecer o mundo e, em última instância, desenvolver sua capacidade criadora. Afinal, é necessária certa carga de vitalidade, de motilidade, para entrar de fato em contato com o meio ambiente.

Podemos compreender que essas primeiras pancadas infantis levam a uma descoberta do mundo que não é o eu da criança e ao começo de uma relação com objetos externos. O que logo será comportamento agressivo não passa, portanto, no início, de um simples impulso que leva a um movimento e aos primeiros passos de uma exploração. A agressão está sempre ligada, desta maneira, ao estabelecimento de uma distinção entre o que é e o que não é o eu (Winnicott, 1964, p. 104).

Dessa forma, esta energia vital contribuiria para a transformação da percepção do bebê, que deixa de lidar apenas com objetos subjetivamente concebidos para caminhar na direção de fenômenos objetivamente percebidos. Para compreendermos com maior clareza este movimento, é necessário abordar um dos conceitos fundamentais da teoria winnicottiana: a transicionalidade.

Se o legado da psicanálise freudiana tende a focar na relação entre a realidade psíquica interna e o mundo externo, a contribuição winnicottiana consiste em chamar atenção para uma área intermediária que parece ter sido negligenciada, uma área de encontro e criação que é fundamental na emergência da subjetividade e da singularidade.

Em “O Brincar e a Realidade” (1975), Winnicott descreve este espaço intermediário como um espaço potencial, existente a princípio entre o bebê e sua mãe, lugar do brincar e dos fenômenos transicionais, e que se estende enfim para toda a experiência cultural. Este espaço se caracteriza pela sua paradoxalidade, espaço ao mesmo tempo interno e externo, o que acaba por transformar a concepção de limite, considerando-o não mais como uma “linha divisória”, mas sendo ele próprio um território. “Isto quer dizer que introduzimos no psiquismo a categoria do paradoxal e que introduzimos no estilo interpretativo a noção do ‘talvez’ (...) ‘o objeto transicional é e não é o seio’” (Roussillon, 2006, p. 18).

Um espaço que comporta objetos criados pelo bebê, ao mesmo tempo em que lá estavam para serem encontrados; objetos que representam uma separação da mãe, ao mesmo tempo em que consistem em uma união com ela; espaço que desenvolve a capacidade de estar só, apenas na presença de alguém... A indefinição é própria deste espaço não-tensional, que deve servir como uma área de repouso, de relaxamento, num estado de não-integração no caminho para a integração; espaço de ilusão (cria o que já está lá).

A introdução desta dimensão consiste em manter o paradoxo como tal, sem resolução, devendo apenas ser aceito, tolerado e respeitado. Para Winnicott, a paradoxalidade surge como uma necessidade intrínseca dos processos de maturação, e se encontra no centro das experiências intermediárias.

...uma área intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, 1975, p. 15).

Dessa forma, a criança sai de um mundo preenchido por fenômenos unicamente subjetivos, que são possíveis devido à fusão inicial com a mãe, onde goza de uma experiência de controle mágico e onipotência, em direção a um outro a ser conquistado, mundo da realidade objetivamente percebida, diferenciado e delimitado como não-eu. Os fenômenos transicionais se encontram intermediando este processo: “O objeto transicional jamais está sobre o controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real” (Winnicott, 1975, p. 24).

Neste momento, aquela agressividade inicial (*ruthlessness*) serve como força ativa de reconhecimento do ambiente: é através do encontro com o objeto, e de sua resistência, que a criança pode enfim percebê-lo. O ambiente existe quando resiste. Este outro aspecto paradoxal da teoria winnicottiana consiste no fato de que, apesar do senso comum (e da concepção freudiana) considerar a agressividade como destrutiva dos laços sociais, aqui ela está sendo colocada como necessária para a criação e reconhecimento do mundo externo.

Passa-se a conceber a natureza do objeto não como um feixe de projeções do psiquismo, mas como uma coisa em si, que faz parte da realidade partilhada,

fora da área de controle onipotente. É necessária uma mãe suficientemente boa (um meio ambiente facilitador) para ajudar o bebê a passar de um mero relacionamento com o objeto para o desenvolvimento da capacidade de usar o objeto. A mudança do relacionar-se para o uso do objeto consiste num processo a ser brevemente explicitado a seguir: com sua agressividade, o sujeito destrói o objeto, que por sua vez resiste, e não desaparece. Isto o situa fora da área de controle onipotente do sujeito, onde o objeto passa a desenvolver autonomia própria. Quando o objeto sobrevive, ele pode então ser usado, e destruído apenas na fantasia; distinguem-se os dois mundos. É transformada a própria percepção de mundo da criança: ela nota que o objeto está lá, mas não é mais a razão para que ele esteja.

Assim, fica mais clara a paradoxalidade existente no caminho para o uso do objeto: “Na teoria ortodoxa encontra-se sempre o pressuposto de que a agressão é reativa ao encontro com o princípio de realidade, enquanto que aqui é a pulsão destrutiva que **cria** a qualidade de externalidade” (Winnicott, 1968, p. 176) (grifo meu).

Numa pequena seqüência esquemática, poderíamos compreender desta forma o caminho até o uso do objeto: o sujeito se relaciona com o objeto; o objeto é encontrado/criado; o sujeito destrói o objeto; o objeto sobrevive à destruição, à revelia da onipotência do sujeito; o sujeito pode usar o objeto. Desta maneira, fica claro como a agressividade neste caso não é reativa, mas criativa, maturacional, permitindo criar a realidade e dar o contorno dos limites eu-outro. O objeto precisa ser destruído para que possa existir.

É no espaço potencial, a partir de fenômenos transicionais, que esta transformação ocorrerá. Entre os fenômenos subjetivos e os objetivos, temos este espaço de ilusão, espaço que deve contar com uma mãe que proporcione a oportunidade para a ilusão, oferecendo o seio como se estivesse sobre o controle mágico do bebê. Dessa forma, há uma sobreposição entre o que o ambiente supre e o que o bebê pode conceber, e nunca se deve questionar se o objeto foi criado ou já estava lá.

A problemática central da transicionalidade é a seguinte: de que maneira um objeto, um fenômeno, pode se manter nessa posição limite, nem dentro, nem fora, mas nesse singular alhures que é o espaço potencial, espaço *utópico*, espaço de localização de processos não-localizáveis? Eis aí a essência da ilusão (...) para ser

criado, o objeto deve ser encontrado, isto é, posto ali pelo ambiente (Roussillon, 2006, p. 86).

Esta situação paradoxal deve ser aceita e compreendida como fundamental no processo maturacional de estruturação do ego infantil: “Toda criança precisa tornar-se capaz de criar o mundo (a técnica adaptativa da mãe faz com que isso seja sentido como um fato), caso contrário o mundo não terá significado” (Winnicott, 1966, p. 125).

Através do uso de objetos transicionais, a criança entra em contato com uma primeira possessão “não-eu”, e é neste momento que desenvolve a capacidade de usar símbolos, de fazer uso de representações. O objeto transicional é também uma representação de sua mãe. Neste momento, a criança tem sua primeira experiência do brincar, e também é capaz de se perceber o início de uma ligação afetiva (já que passa a se relacionar com algo para além de si mesmo).

Este espaço potencial, reconhecido no mundo infantil como o lugar do brincar, expande-se em última instância à própria experiência cultural. Trata-se de uma área de ilusão caracterizada pela indefinição entre encontro e criação, um espaço de experiências. Winnicott sugere que esta é uma indefinição que nos marca, pois nunca resolvemos de fato as questões dos limites dentro/fora, há sempre uma atmosfera marcada pela ilusão. O espaço transicional anuncia uma separação que nunca se resolve, mas se expande para a vida cultural. O objeto transicional não será esquecido nem recalcado, mas desinvestido, abrindo espaço para o campo da cultura.

Poderíamos até mesmo considerar que é também próprio da cultura a paradoxalidade, um espaço de tradição concomitante com a transformação, articulado numa tensão e inter-relação que nunca se resolve. Afinal, também no espaço cultural percebemos uma sobreposição entre algo já dado e algo construído. A experiência cultural, portanto, se dá neste espaço de ilusão, onde se constroem os símbolos e as representações: um espaço potencial de criação.

É curioso notar que, para Winnicott, tudo acontece no campo da experiência, e não há uma preocupação específica em torno dos mecanismos psíquicos, dos movimentos de projeção ou introjeção, o que acabaria por implicar em uma delimitação maior entre interno e externo. Se para Freud a cultura é uma

sublimação do id, um dos destinos da pulsão, para Winnicott trata-se mais de uma experiência própria do ego.

No entanto, antes de destrincharmos as diferentes posições teóricas destes dois autores, iremos nos deter na posição winnicottiana para melhor compreendermos seu argumento acerca da formação do sentimento de culpa.

4.2

Culpa e *concern*

Como vimos, é através da agressividade que a criança vai conhecendo o mundo e a existência dos outros que a rodeiam. Aos poucos, ela começa a desenvolver um autodomínio sobre sua agressividade, ao mesmo tempo em que surge certo respeito pelos outros, e a capacidade de se colocar na situação de outras pessoas ou com elas se identificar. Este movimento faz parte do processo de desenvolvimento natural, segundo Winnicott. Ao invés de pensar a moralidade como algo a ser ensinado ou inculcado, ela surge como uma capacidade natural do ser humano, um aspecto a ser desenvolvido a partir de um meio ambiente que seja suficientemente bom para tanto.

Neste momento há uma nova apropriação do desenvolvimento infantil: a aceitação dos símbolos. Surge, então, a capacidade de brincar, e, numa de suas possibilidades infinitas, o próprio símbolo pode ser atacado. No entanto, e aqui temos o aspecto significativo desta teoria, a destruição é acompanhada de sua alternativa: a construção. “O impulso construtivo está relacionado com a aceitação pessoal, por parte da criança, da responsabilidade pelo aspecto destrutivo da sua natureza” (Winnicott, 1964, p. 107).

A capacidade de se preocupar, de se importar ou se envolver, desenvolvida ao longo do processo maturacional humano, é abarcada em Winnicott pelo termo *concern*. A criança reconhece o outro, responsabiliza-se por suas ações e se preocupa com o efeito de suas ações no mundo. Há aí já uma distinção entre o eu e o não-eu. O fenômeno que acompanha a capacidade de concernimento, porém num aspecto negativo (segundo a concepção winnicottiana) é a capacidade de sentir culpa; “...o sentimento de culpa funciona estando no ponto de transformação da destrutividade em construtividade” (Winnicott, 1960, p. 162).

Apesar de este momento do desenvolvimento ocorrer num período anterior ao complexo de Édipo freudiano, Winnicott mantém-se fiel a Freud ao concordar que esta capacidade é fundamental para o convívio possível entre membros da família e, em última instância, da sociedade. Vale ressaltar que este desenvolvimento só se torna possível a partir de certas condições externas necessárias, ou seja, um ambiente capaz de dar conta dessa agressividade (enquanto que Freud, apesar de levar em conta as séries complementares, incide seu foco sobre o aspecto filogenético e ontológico humano).

No processo em que a criança começa a se relacionar com objetos que são cada vez menos subjetivos, que por sua vez dão lugar aos fenômenos objetivamente percebidos, a mãe, alvo dos sentimentos ambivalentes de amor e ódio, começa a ser percebida como um objeto total, e a criança desenvolve um “eu”, uma unidade, e, conseqüentemente, torna-se um pouco menos obtusa a distinção entre mundo interno e externo, entre eu e não-eu. E é na integração da mãe-objeto com a mãe-ambiente que surge a capacidade para o envolvimento.

O ‘ataque’ impiedoso ao objeto, deflagrado pelo instinto, cede lugar a um crescente reconhecimento da mãe como a pessoa que cuida do EU, ao mesmo tempo que é a pessoa que oferece uma parte de si para ser comida. Gradualmente vai ocorrendo uma integração entre a forma tranqüila de relacionamento e a forma excitada, e o reconhecimento de que ambos os estados (e não apenas um) constituem uma relação total com a mãe pessoa (Winnicott, 1954, p. 89).

Retomemos, então, alguns aspectos fundamentais da teoria winnicottiana. O impulso implacável (*ruthlessness*) o é apenas do ponto de vista do observador, pois, afinal, o bebê, a princípio, está num momento anterior à capacidade de consideração. Sua agressividade é não-intencional, movida apenas por impulsos de motilidade e urgências instintivas. Seus ataques incompadecidos são o caminho para descobrir a si mesmo, o espaço fora de si e o outro que o sustenta nessa atividade. Nesse sentido, é um movimento altamente prazeroso para o bebê, que se utiliza da agressividade como parte do amor instintivo.

A partir do momento em que a integração egóica é alcançada, a criança passa a se perceber como alguém responsável pelos instintos destrutivos, o que provocaria uma culpa intolerável. A mãe-objeto (alvo dos ataques) passa a ser associada à mãe-ambiente (conforto e proteção). Será para Winnicott esta sensação incontornável?

O que estou aqui descrevendo é, de fato, a gradual formação na criança de uma capacidade para adquirir o sentido de responsabilidade, o qual, na sua base, é um sentido de culpa. O fator essencial, no meio ambiente, é a presença contínua da mãe ou da figura materna durante o período de tempo em que a criança está acondicionando a destrutividade, que faz parte integrante da sua compleição. Essa destrutividade torna-se cada vez mais uma característica na experiência das relações objetivas (...). O equilíbrio aí implícito acarreta um sentido de justo e de errado mais profundo do que quaisquer normas meramente impostas pelos pais. O que a criança deve à mãe é o ambiente idôneo propiciado pelo amor materno (Winnicott, 1965, p. 108).

Vemos então que, para Winnicott, o desenvolvimento da moralidade faz parte de um processo natural do ser humano, que no entanto depende da continuidade do relacionamento entre o bebê e a figura materna. É necessário um ambiente suficientemente bom que permita ao bebê a possibilidade de uma reparação como saída à angústia do sentimento de culpa: “...não é possível a um ser humano suportar a destrutividade que está na base dos relacionamentos humanos, ou seja, do amor instintivo, exceto por meio de um desenvolvimento gradual associado às experiências de reparação e restituição” (Winnicott, 1954, p. 93).

O sentimento de culpa pode ser dominado e aliviado pela contribuição que o bebê pode fazer à mãe-ambiente, quando esta pode dar a oportunidade para tanto, através de sua presença confiável. Esta segurança permite ao bebê tornar-se cada vez mais audacioso na vivência de suas pulsões, libertando sua vida instintual, que pode ser experimentada sem a vivência angustiante da culpa. Apenas quando a oportunidade de reparação não aparecer que poderemos falar em sentimento de culpa. Quando há confiança no que Winnicott chama de “ciclo benigno”, ou seja, a possibilidade de reparação após a destruição, o que temos é o envolvimento.

Trata-se de um equilíbrio que é sempre reconquistado, e que depende profundamente da sobrevivência da mãe-objeto ou da fidedignidade ou confiabilidade da mãe-ambiente, que deve ser capaz de propiciar a possibilidade de reparação. Dessa forma, a criança torna-se capaz de se envolver, de assumir responsabilidade por seus instintos, a partir da possibilidade de contribuição com o meio, de reparação. Sem isto, o bebê pode ser tomado de intensa angústia que pode culminar na desintegração.

Winnicott considera que cada lactente leva consigo uma tendência no sentido do desenvolvimento de culpa (como caminhar e falar aparecem quando chega seu tempo). No entanto, condições ambientais ou circunstâncias favoráveis são necessárias para promover a oportunidade de reparação.

...o bebê humano é incapaz de suportar o peso da culpa (...). Se a mãe sustenta a situação [da possibilidade de reparação] dia após dia, o bebê tem tempo para organizar as numerosas conseqüências imaginativas da experiência instintiva e resgatar algo que seja sentido como 'bom', que apóia, que é aceitável, que não machuca, e com isto reparar imaginativamente o dano causado pela mãe. (...) Gradualmente, o bebê passa a acreditar no esforço construtivo e a suportar a culpa, e assim tornar-se livre para o amor instintivo (Winnicott, 1954, p. 90).

Devemos, todavia, chamar atenção para o fato de que Winnicott distingue os paradoxos maturacionais, necessários à continuidade do desenvolvimento humano, das defesas paradoxais, que consistem num desligamento, num ataque ao vínculo. Nesse sentido, o sentimento de culpa poderia surgir como uma defesa paradoxal quando não há possibilidade de reparação. Nesse caso, para dar conta da sensação de culpa, o sujeito procuraria cometer algum crime, como um ato que o liberte dos sentimentos ambivalentes de amor e ódio pelo mesmo objeto. O sujeito torna-se de fato culpado para não se sentir culpado.

Não é o que ocorre na saúde, quando o indivíduo é capaz de reconhecer o aspecto agressivo e destrutivo presente no amor instintivo e as fantasias inerentes a ele. A capacidade de brincar permite que o objeto seja destruído na fantasia, e não objetivamente, e com isto liberta sua capacidade para fantasiar. Tentar compreender o sentimento de culpa como pertencente a uma ambivalência de amor e ódio só faz sentido se pudermos receber isto como um paradoxo que deve ser aceito, que não provoque uma situação conflitante que deva ser resolvida.

Se considerarmos que esta apropriação se dá no espaço de ilusão, e que este espaço nunca deixa de existir, temos uma concepção fundamentalmente diferente da abordagem freudiana. Enquanto que em Freud a culpa moral se relaciona com a realidade interna, instalada no superego, e referida especificamente ao conflito entre algo que não se pode externalizar, e retorna contra si mesmo, como pensar a perspectiva winnicottiana sobre a culpa, sem tomar como fundamental o conflito entre o mundo interno e o externo? Freud lida com a natureza humana em termos de economia, através do conflito entre amor e

ódio — conflito inerente, que pertence à vida normal. Para ele, a culpa tem uma data, instala-se na triangulação edípica, e se refere a uma conciliação entre ego e superego.

Winnicott não nega a existência de destrutividade no homem, mas num ambiente suficientemente bom essa destrutividade natural pode se transformar — através da capacidade de sentir culpa e responsabilidade pessoal — em atividade e criatividade. Neste sentido, a criatividade não deve ser compreendida como sublimação, mas sim como uma força vital primária. Assim, o sentimento de culpa não é uma fatalidade determinada por forças naturais, situadas fora da História, mas como uma capacidade de se importar com o outro.

Winnicott estende o campo da subjetividade individual para além das fronteiras da interioridade psicológica, recusando a separação ontológica entre o indivíduo e seu meio. Esta abordagem, profundamente marcada pela cultura, pode nos remeter à saída oferecida por Nietzsche, como vimos em nosso terceiro capítulo. Uma aproximação da perspectiva winnicottiana com a nietzschiana sobre o sentimento de culpa nos é oferecida pelo psicanalista Jurandir Freire Costa (2007). O autor sugere que a culpa como resultante de uma dívida contraída encontra sua expressão mais profunda na relação do sujeito com seus antepassados. Neste caso, o devedor só poderia pagar com sua própria vida, tornando o ressarcimento possível apenas sob a pena de não mais existir. No entanto, o autor sugere que uma saída é possível quando a distância ontológica entre devedor e credor pode ser reduzida e transfigurada. Para que o sujeito possa admitir, sem culpa, sua autonomia de pensamento e ação, ele deve ser capaz de desidealizar o outro e confiar em seu próprio poder de criar:

“a consciência de culpa é atributo dos que se acham na posse de um Bem cuja origem não está em si mesmo e sim no outro, concebido como um Ser radicalmente heterogêneo em seus predicados ontológicos. Ao se redescrever como criador, o sujeito deixa de ver no outro uma ameaça e passa a vê-lo como um parceiro no ato da criação.” (Costa, 2007, p. 159)

Dessa forma, toda a proposta de destruição de valores sugerida por Nietzsche, destruição e combate necessários para compor o solo propício para o nascimento do novo, da criação, pode ser compreendido não como uma destruição física ou moral do outro, mas, sim, com a intenção de destituí-lo de sua pretensa onipotência ou do monopólio de criação que ele possa querer reivindicar. Trata-se

de buscar a liberdade criativa no lugar da culpa pela diferença. Jurandir sugere que esta saída em muito lembra a experiência do *concern*, de Winnicott. Pois, para ele, não precisamos sentir culpa em relação ao outro ao qual nos opomos com nossa criatividade, se for possível experimentarmos nossa “onipotência criadora” aliada ao *concern*, ao cuidado, à preocupação com o outro. Como vimos em Winnicott, o paradoxo do espaço potencial permite ao sujeito a sensação de que cria sua realidade, caso contrário o mundo não teria significado. Ao tomar a criação como centro da experiência subjetiva, ela surge, tanto em Nietzsche quanto em Winnicott, como saída à devastação provocada pela culpa:

“o sujeito winnicottiano aspira para si o que o tipo forte nietzschiano também poderia aspirar. A superação do sentimento de culpa em relação à dívida equivale, assim, à passagem da ética de sobrevivência à ética da criação autônoma do sentido da vida” (Costa, 2007, p.162).

Ainda, no que se refere à concepção winnicottiana de uma moralidade inata, temos uma abordagem interessante no que diz respeito à formação do superego em Winnicott e Freud, feita pelo psicanalista Nahman Armony (2008). O autor acredita que a concepção de superego formulada por Freud é resultado do testemunho dos psiquismos de sua época, e, portanto, seria possível se esperar que a concepção winnicottiana acompanhe as transformações sofridas pela subjetividade. Dessa forma, ao invés de associarmos o superego a uma intervenção dura, violenta, agressiva, resultado da resolução edípica, poderíamos ter em Winnicott uma moralidade que surja de dentro para fora, de maneira mais suave, gradativa, resultado da relação dual entre mãe e bebê.

Este processo, que para Winnicott não é nem exterior, nem interior, mas reside no espaço potencial de experiências transicionais, difere em muito do ataque do superego ao ego. As idéias morais, o senso de certo e errado, não dependeriam da repressão, da aceitação a-crítica dos valores sociais, do medo de retaliação, mas, sim, poderiam surgir a partir de uma relação de confiança desenvolvida gradualmente com as figuras primitivas da vida do ser humano. Nahman sugere que, assim, o psiquismo pode alcançar seu desenvolvimento e crescer harmoniosamente:

“...sem formar rachaduras propiciadoras de divisões e oposições internas, permitindo assim uma ação integrada, o que o torna diferente do aparelho psíquico tripartido freudiano da segunda tópica, que tem como fundamento instâncias separadas, delimitadas e em oposição” (Armony, 2008, p. 117).

Poderíamos supor que esta moralidade winnicottiana, que emerge espontaneamente quando o ambiente é favorável, difere da concepção freudiana, que talvez possa se aproximar mais de um processo intelectual em que a criança compreende o que pode fazer ou não. Em Winnicott, o processo não é tanto intelectual quanto afetivo. Ainda, temos em Freud a ambivalência situada no plano pulsional, regida pelo id, enquanto que em Winnicott este processo se associa ao ego, e se localiza num momento muito anterior ao Édipo freudiano. Assim, notamos em Freud a inevitabilidade do sentimento de culpa como algo estruturante da condição humana, que pouco depende do arranjo sócio-histórico, enquanto que em Winnicott o papel desenvolvido pelo ambiente é fundamental.

Ao introduzirmos o conceito de espaço potencial, intermediário entre pulsão e objeto, temos um lugar de emergência do ego e da criatividade. Assim, encontramos uma saída à inevitabilidade proferida por Freud acerca do conflito pulsional e seu conseqüente mal-estar associado ao sentimento de culpa: num ambiente favorável, isto pode se articular numa experiência criativa. Não há em Winnicott nenhuma determinação, apenas linhas de força virtuais cuja atualização é constitutivamente mediada pelo ambiente, pela confiabilidade neste ambiente.

São superados, assim, os limites de uma abordagem que se propunha a pensar o processo psíquico através do relacionamento conflitivo entre o pólo pulsional e a cultura na qual o indivíduo deveria se inserir. Winnicott torna evidente a participação decisiva do espaço intermediário, espaço de ilusão, cenário da integração egóica e, portanto, da constituição subjetiva, sublinhando a natureza criativa deste processo.

Muda-se radicalmente a concepção da constituição subjetiva. Não se trata apenas de um ser de pulsão, de conflito, de representação, de linguagem, de apropriação intelectual, mas também ser de imaginação, de criatividade, de afeto. No homem pensado por Winnicott, tanto a criatividade humana quanto o ambiente que permite sua atualização (ou provoca sua frustração) são fundamentais.

Não há, pois, nenhum determinismo na perspectiva winnicottiana. (...) A inserção do homem na natureza não é pensada conforme o modelo de uma essência pré-

existente que se realiza na história, mas conforme a concepção de linhas de forças, realidades virtuais, que se atualizam na história. O conceito de ‘verdadeiro *self*’ não supõe então a realização de uma essência pré-existente. Pelo contrário, ele evoca a atualização, pelo sujeito, daquilo que o insere na natureza, isto é, das forças vitais que agem nele e que Winnicott denomina Eros e motilidade. Mas estas forças só se exprimem criativamente. (...) [o falso *self*] não tem como referência qualquer essência natural da qual o sujeito teria se afastado, mas a incapacidade do sujeito se auto-criar conforme a singularidade de seu movimento vital (Plastino, 2007, p. 205).

Dessa forma, a introdução do conceito de espaço de ilusão na constituição subjetiva, acompanhada da dimensão de paradoxalidade que deve ser aceita e sustentada, provoca uma inovadora perspectiva sobre o sentimento de culpa. Se o lugar em que vivemos nunca deixa de ser este espaço intermediário, espaço de criação e de experiência, o sentimento de culpa pode não mais ser pensado em termos de introjeção e projeção, mas pertencente a este lugar intermediário que provoca a criatividade, a criação, a experiência, enfim, toda a dimensão afetiva focada por Winnicott. Ao invés de reconhecer a culpa pelo viés do conflito, da inevitabilidade de mal-estar e de um sujeito necessariamente barrado, castrado, que controla seus instintos em prol de um melhor convívio social, a perspectiva winnicottiana dá ao desejo a dimensão criativa, abrindo um outro espaço, um outro mundo.

Este ponto de vista nos parece interessante por oferecer uma saída, dentro da teoria psicanalítica, à perspectiva de uma sociedade não fundada na culpa. Se a cultura pode ser concebida como espaço de ilusão, constante criação, e não toma como inimiga a agressividade, as possibilidades de construção cultural se expandem na medida do potencial criativo dos homens. Ainda, a abordagem oferecida por Winnicott consiste numa perspectiva sobre o sentimento de culpa em que o mal-estar do conflito não tem lugar na vida saudável, e assim nos possibilita pensar num meio cultural passível de criatividade e construção, dentro dos limites da própria teoria psicanalítica. A culpa, enquanto possibilidade de reparação, e fruto do processo maturacional, independe da moral exclusivamente externa e pode coadunar com os valores contemporâneos sem implicar em desintegração ou desestruturação do ego ou do laço social. Consiste em mais um ponto de vista que procura oferecer saídas, e não ansiedade, nostalgia ou fatalismo.